

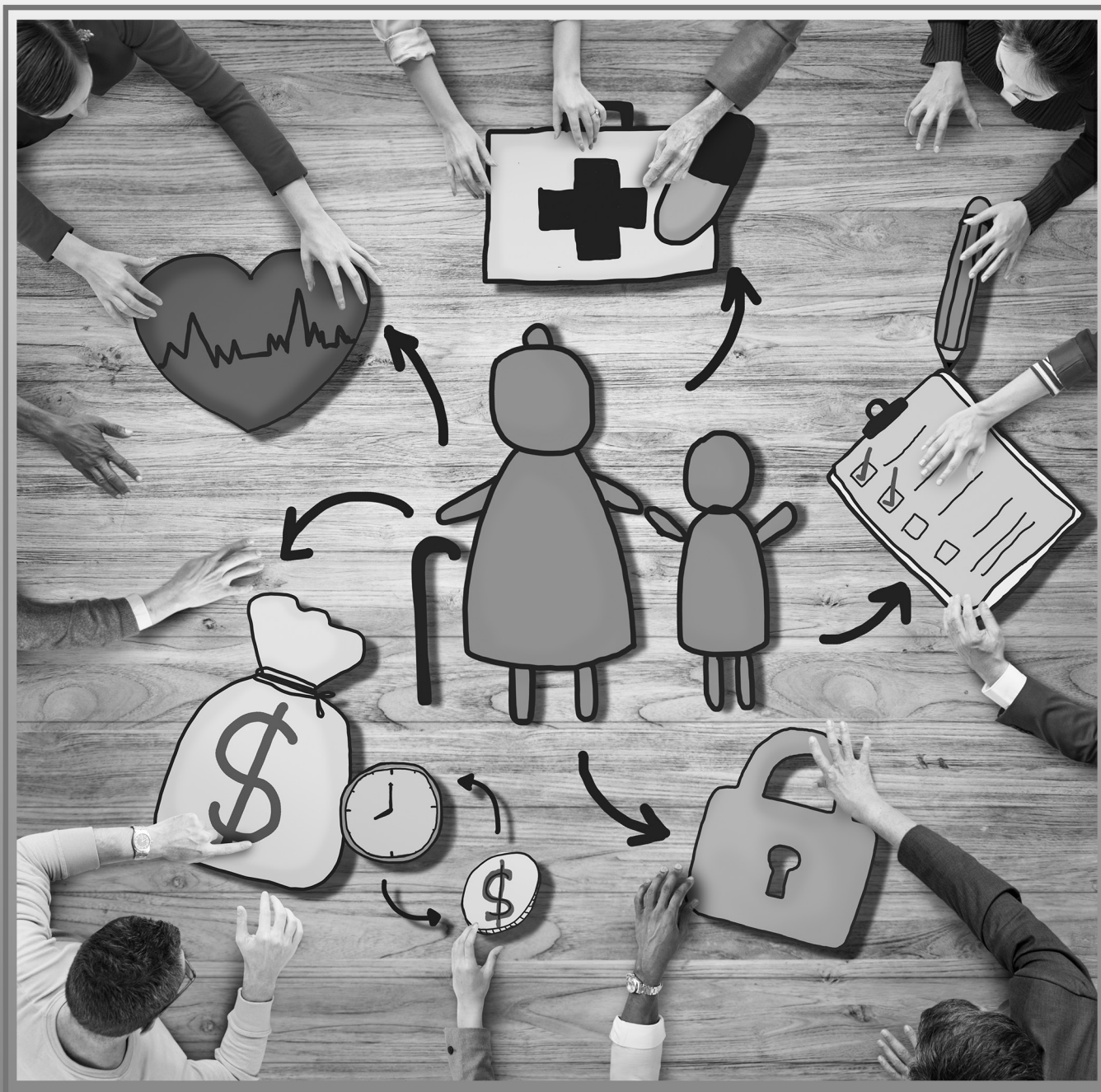


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR | |
| Eugênia Aparecida Cesconeto | |
| Monica Pereira | |
| Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji | |
| DOI 10.22533/at.ed.3402029071 | |
| CAPÍTULO 2 | 11 |
| A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES | |
| Jociane Souza da Silva | |
| Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta | |
| Victor Tavares Batista | |
| Simone Silva | |
| Bruno Xavier Campos | |
| DOI 10.22533/at.ed.3402029072 | |
| CAPÍTULO 3 | 21 |
| A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| Alice Mendes Rodrigues da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.3402029073 | |
| CAPÍTULO 4 | 29 |
| RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS | |
| Franciele Theves da Rosa | |
| DOI 10.22533/at.ed.3402029074 | |
| CAPÍTULO 5 | 42 |
| O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS | |
| Luciano Aparecido Pereira Junior | |
| Regina Célia de Souza Beretta | |
| DOI 10.22533/at.ed.3402029075 | |
| CAPÍTULO 6 | 54 |
| PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL | |
| Marlí Elisa Nascimento Fernandes | |
| Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin | |
| Maria Lúcia Martinelli | |
| DOI 10.22533/at.ed.3402029076 | |
| CAPÍTULO 7 | 66 |
| FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL | |
| Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.3402029077 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 8 | 76 |
| FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL | |
| Débora Holanda Leite Menezes Maurício Caetano Matias Soares | |
| DOI 10.22533/at.ed.3402029078 | |
| CAPÍTULO 9 | 87 |
| A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO | |
| Patrícia Quinto Santos de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.3402029079 | |
| CAPÍTULO 10 | 99 |
| PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ | |
| Amanda dos Santos Silva Midiã Olivia Bentes Sant'ana Priscila Elen Souza Oliveira Yasmin Thais Soares da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.34020290710 | |
| CAPÍTULO 11 | 112 |
| RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO | |
| Francisco das Chagas dos Santos Alves Aldení Gomes de Araújo Júnior Luan Alexandre da Silva Dantas Vanessa Amancio da Silva Hiorrana Larissa da Silva Flaviana Fernandes Martins Mariana Dantas Maria do Rosário Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.34020290711 | |
| CAPÍTULO 12 | 122 |
| O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS | |
| Jailma da Costa Batista Ranyellen Félix de Souza Felicidade Dayana Monteiro Dias Andressa Cassiano de Araújo Francyely dos Santos Moura | |
| DOI 10.22533/at.ed.34020290712 | |
| CAPÍTULO 13 | 132 |
| TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL | |
| Gláucia Maria Ribeiro de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.34020290713 | |
| CAPÍTULO 14 | 141 |
| DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER | |
| Maria Auxiliadora de Castro Coutinho | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 15 | 149 |
| MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL | |
| Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.34020290715 | |
| CAPÍTULO 16 | 161 |
| ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO | |
| Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli | |
| DOI 10.22533/at.ed.34020290716 | |
| CAPÍTULO 17 | 175 |
| ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO | |
| Jozadake Petry Fausto Vitorino | |
| DOI 10.22533/at.ed.34020290717 | |
| CAPÍTULO 18 | 193 |
| ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| Solange Maria Teixeira | |
| DOI 10.22533/at.ed.34020290718 | |
| CAPÍTULO 19 | 205 |
| O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO | |
| Pamalla Sheron Gomes de Mendonça | |
| DOI 10.22533/at.ed.34020290719 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 215 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 216 |

PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Data de aceite: 01/07/2020

Amanda dos Santos Silva
Assistente Social

Midiã Olivia Bentes Sant'ana
Mestre em Serviço Social

Priscila Elen Souza Oliveira
Bacharela em Serviço Social

Yasmin Thais Soares da Silva
Bacharela em Serviço Social

RESUMO: Objetivo: Este estudo versa sobre a caracterização do perfil socioeconômico das mães adolescentes atendidas na enfermaria “Ala Santana”, da Maternidade da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMP. **Método:** Pesquisa quanti-qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, na qual se utilizou como instrumento para coleta de dados o diário de campo, a partir das observações realizadas durante o estágio supervisionado em Serviço Social, no período de agosto a dezembro de 2018, com 58 adolescentes que estiveram internadas na referida enfermaria. **Resultados:** 40% das entrevistadas tinham 17 anos; 79% pausaram os estudos devido a gravidez; 50% conviviam em união estável; 52% eram provenientes do interior; 83% possuíam renda familiar de até

um salário mínimo; 52% recebiam benefícios sociais; 81% estavam na segunda gestação; 9% sofreram aborto; 84% não planejaram a gravidez; 97% realizaram pré-natal; 88% não utilizavam contracepção; nenhuma possuía conhecimento sobre planejamento familiar. **Conclusão:** Evidenciou-se que todas as mães adolescentes possuíam características sociais que as colocava em desvantagem com relação às oportunidades, inseridas em um contexto demarcado por desigualdades sociais, as quais demonstram a falta de políticas sociais que propiciem a equidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mães adolescentes. Socioeconômico. Desigualdades sociais.

ABSTRACT: Objective: This study discusses the characterization of the socioeconomic profile of adolescent mothers attended in the infirmary “ala Santana”, from the maternity of the Santa Casa de Misericórdia Foundation of Pará – FSCMP. **Method:** Quantitative-qualitative research, descriptive and exploratory, in which the field diary was used as an instrument for data collection, based on observations made during the supervised internship in social service, in the period of August to December 2018, with 58 adolescents who were hospitalized in the aforementioned ward. **Results:** 40% of the

interviewees were 17 years old; 79% paused the studies due to pregnancy; 50% lived in a stable union; 52% were from the interior; 83% had a family income of up to a minimum wage; 52% received social benefits; 81% were in the second gestation; 9% suffered abortion; 84% did not plan pregnancy; 97% underwent prenatal care; 88% did not use contraception; None had knowledge about family planning. **Conclusion:** It was evidenced that all adolescent mothers had social characteristics that placed them at a disadvantage in relation to opportunities, inserted in a context demarcated by social inequalities, which demonstrate the lack of policies Social benefits that provide equity.

KEYWORDS: adolescent mothers. Socioeconomic. Social inequalities.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS e a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, a adolescência é compreendida entre as idades de 10 a 19 anos. Todavia, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069, de 1990, define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2º). Entretanto, apenas a delimitação da idade cronológica é insuficiente para a compreensão de tal etapa, a qual envolve diversas peculiaridades.

Faleiros (2013) argumenta que a adolescência deve ser considerada para além de uma mera transição entre fases, sendo preciso analisar suas múltiplas dimensões.

a adolescência não pode ser vista com o um segmento “à parte”, mas como um agrupamento social no contexto socioeconômico e intergeracional. A adolescência é uma construção social, ao mesmo tempo em que uma condição de vida e uma experiência pessoal. [...] No entanto, é um segmento que precisa ser considerado na sua multidimensionalidade, mudando a configuração que se tinha dele como uma fase transitória, rápida, caracterizada pela puberdade ou mudanças no corpo. (FALEIROS, 2013, p. 77).

Trata-se de um período que envolve escolhas e alterações no cotidiano, comportando o início de novos relacionamentos, escolhas de carreira profissional e o desenvolvimento da sexualidade. Faz-se necessário compreender o processo de construção da adolescência, não apenas enquanto etapa de transformações fisiológicas e psicológicas, mas levando em consideração o contexto social em que os indivíduos estão inseridos, o qual é demarcado por desigualdades sociais, econômicas, regionais, étnicas e de gênero.

É possível constatar o alto índice da gravidez na adolescência através dos dados nacionais, os quais de acordo com o Ministério da Saúde, no ano de 2014, revelam que houve o nascimento de 28.244 filhos de meninas entre 10 e 14 anos e 534.364 crianças de mães com idades entre 15 e 19 anos, e no ano de 2015, 18% dos brasileiros nascidos vivos eram filhos de mães adolescentes. (AZEVEDO, 2018, p.87).

Desse modo, a gravidez na adolescência é considerada por alguns autores como um problema de saúde pública devido o aumento de sua ocorrência e suas consequências,

sendo necessário considerar as circunstâncias pessoais e sociais desse fenômeno, pois esta pode ser desejada e gratificante tornando-se o foco de muitas expectativas e sonhos, ou indesejada gerando um sentimento de desespero, podendo levar a ocultação da gestação e postergação da realização do pré-natal, e até a possível tentativa de aborto.

Nessa direção, a maternidade na adolescência também precisa ser analisada no âmbito de uma conjuntura demarcada pela desregulamentação das relações e dos direitos sociais, uma vez que a gravidez na adolescência ocorre principalmente em classe de baixo status socioeconômico, a qual às oportunidades sociais são diferenciadas por não serem igualmente oferecidas a diferentes classes (HEILBORN et al., 2002, p.18).

MÉTODOS

Os dados da pesquisa foram coletados no período de agosto a dezembro de 2018, com 58 adolescentes, tratando-se de um estudo exploratório, descritivo, com abordagem quanti-qualitativa, o qual se utilizou o Diário de Campo para coleta de dados, a partir das observações realizadas durante o estágio supervisionado em Serviço Social.

A coleta de dados se efetuou na forma de interação direta com as usuárias através de acompanhamento de atendimento social individual e ou/ familiar, visita aos leitos e observações participantes, ocasiões em que, no Diário de Campo eram coletados dados referentes às variáveis sociodemográficos – idade, localidade, estado civil; dados socioeconômicos – renda familiar e benefícios sociais; e dados referentes aos antecedentes ginecológicos/condições de acompanhamento a adolescente – gestação, aborto, gravidez planejada ou não, pré-natal, planejamento familiar e métodos contraceptivos.

Os dados coletados foram tabulados e decompostos por meio da estatística descritiva, sendo organizados em forma de gráficos pelo recurso software do Excel, com suas interpretações realizadas a partir da fundamentação teórica em autores, que subsidiaram a caracterização do perfil socioeconômico das mães adolescentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos sociodemográficos

As 58 mães adolescentes, sujeitos da pesquisa, encontravam-se entre as idades de 13 a 17 anos e estiveram internadas, no pós-parto, no período de agosto a dezembro de 2018, na enfermaria denominada “Ala Santana”, com dados apontados na tabela 01, apontaram que 40% delas se encontravam com 17 anos de idade.

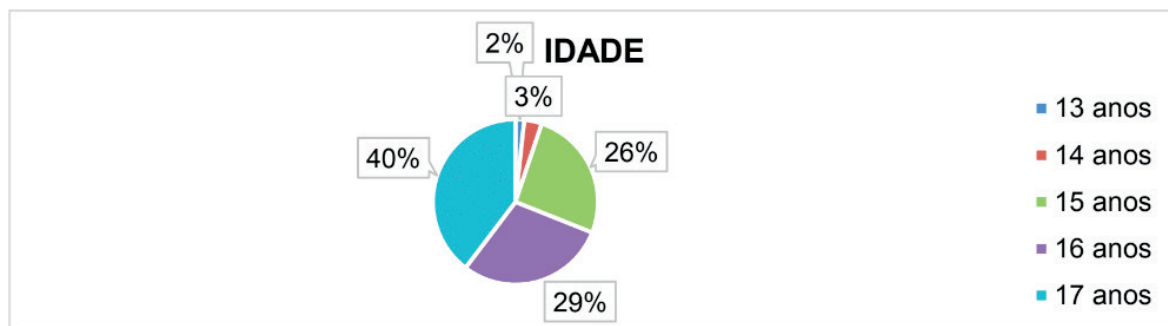


Tabela 01 – Caracterização das adolescentes de acordo com a idade.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A gravidez e maternidade na adolescência são compreendidas como uma concepção de risco por diversos autores, os quais evidenciam que a vida da mãe e do recém-nascido são colocadas em perigo, Fonseca e Melchiori (2010) ressaltam, sobretudo, o risco de gestações abaixo dos 15 anos de idade em razão da púbere não possuir a estrutura óssea e muscular adequada ao parto.

Ao analisar aspectos relacionados à escolaridade, a tabela 02 aponta que 79% pausaram os estudos por conta da gravidez, o que não necessariamente tem haver com as “possibilidades de escolha”, mas com a realidade concreta, a qual exige cuidados com o recém-nascido, falta de rede de apoio que possibilitem o retorno à rede regular de ensino, além de muitas terem que trabalhar de maneira informal para garantir o sustento do filho.

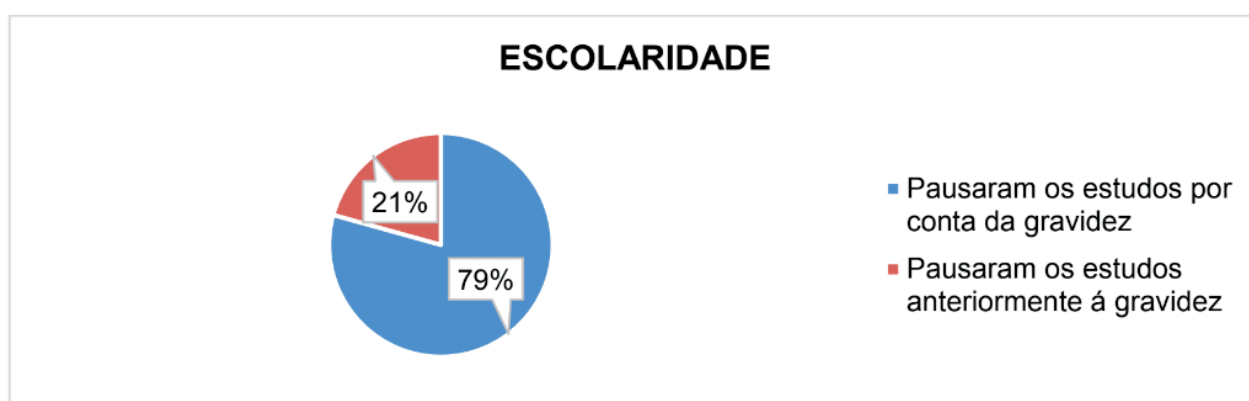


Tabela 02 – Aspectos relacionados à escolaridade das mães adolescentes.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A tabela 02 retrata ainda que 21% das mães adolescentes haviam evadido da rede regular de ensino antes de terem engravidado, fator que pode ser explicado pelas oportunidades de estudo e de trabalho, as quais são limitadas, em razão da origem socioeconômica e não, necessariamente, pela existência de filhos. Nessa direção, faz-se necessário destacar o debate relacionado à classe social ao analisar a escolaridade

frente à gravidez na adolescência, tendo em vista que, as mães adolescentes com melhor situação financeira possuem maior possibilidade de retornar a rede regular de ensino, em razão de contarem com o apoio de familiares e/ou outras pessoas.

Quanto ao estado civil das mães adolescentes, dados expressos na tabela 03 evidenciam que a metade delas, ou seja, 50% se declararam como solteira, enquanto que a outra metade afirmou conviver em regime de união estável, o que acaba por gerar certa “segurança” quando ao reconhecimento da paternidade.

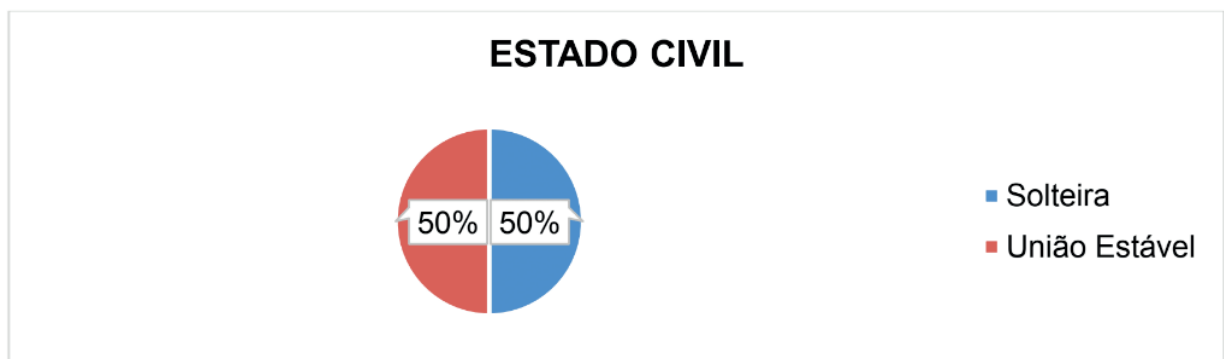


Tabela 03 – Estado civil.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Ao analisar as tabelas acima, ressalta-se a importância do debate acerca das desigualdades sociais estabelecidas entre os gêneros femininos e masculinos, uma vez que, os dados revelam que, o fato das mães adolescentes não possuírem relacionamento estável com o genitor da criança pode incorrer no fato dele não assumir a paternidade, o que pode ser explicado a partir de uma culpabilização social da adolescente pela gravidez, impondo a ela mais responsabilidades que ao homem.

Heiborn et al. (2002) destacam que “a paternidade impõe um abalo menor nas trajetórias masculinas do que a maternidade sobre as femininas” enfatizando ainda que a “paternidade adolescente impacta pouco nos percursos escolares e de trabalhos masculinos” (Heiborn et al., 2002, p.42) quando comparados às mães adolescentes que convivem com a imposição social de responsabilidades que incluem afazeres domésticos e cuidados ao recém nascido, retirando-as do espaço público das relações sociais.

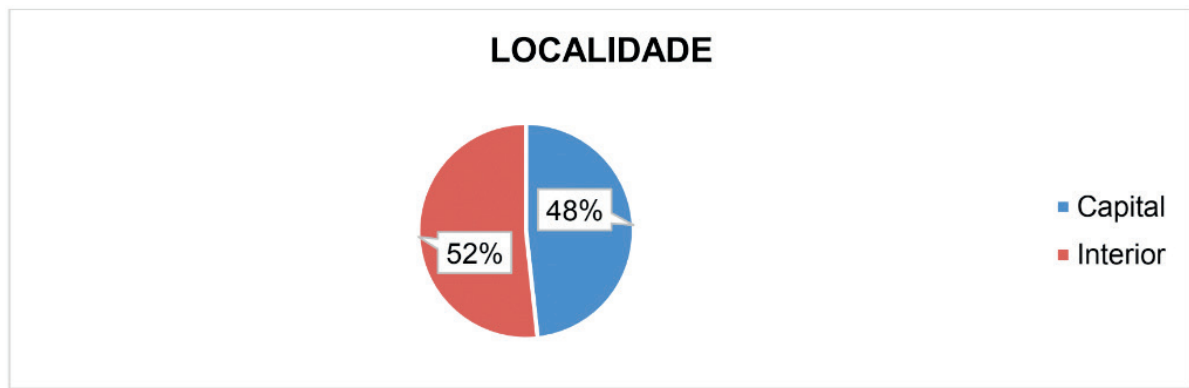


Tabela 04 – Localidade.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

No que tange ao local de moradia das mães adolescentes, dados da tabela 04, revelam que 52% são provenientes do interior do estado do Pará, Vonk, Bonan e Silva (2011) que em cidades interioranas, as dificuldades são acentuadas, quando comparadas aos centros urbanos, especialmente às mulheres e adolescentes, haja vista exigência do não exercício da sexualidade e da escassez de políticas públicas oferecidas pelo Estado. Nessa direção Faleiros (2013) afirma ser:

fundamental que haja relevância para a adolescência na esfera das políticas e para analisar uma política elaborada para este segmento vamos considerá-la na perspectiva de um Estado contraditório, de correlação de forças. Pressupõe-se também ao mesmo tempo, que a adolescência é multidimensional, implicando que a análise considere a complexidade do fenômeno. (FALEIROS, 2013, p.78).

Ainda a respeito do local de moradia, de acordo com o Diário de Campo, muitas das adolescentes revelaram sentir medo, insegurança e vergonha em procurar as Unidades Básicas de Saúde (UBS) o que dificulta o acesso relacionado à saúde sexual e reprodutiva. Fator este que revela a necessidade de ações educativas relacionadas à divulgação de informações pertinentes a promoção de programas direcionados a este público, assim como atendimentos diferenciados nos espaços de saúde, a fim de romper com paradigmas estereotipados e preconceituosos, para que haja a atenção necessária para a garantia da saúde das púberes.

Características socioeconômicas

A gravidez e a maternidade na adolescência ocorrem independente de classe social, entretanto, as consequências para a parcela pauperizada da sociedade incorre no aprofundamento das desigualdades sociais, uma vez que, em razão das precárias condições de vida, escassez de políticas públicas e redução de oportunidades escolares e profissionalizantes, essas mulheres e seus filhos possuem dificuldades para romper com os limites impostos pela pobreza.

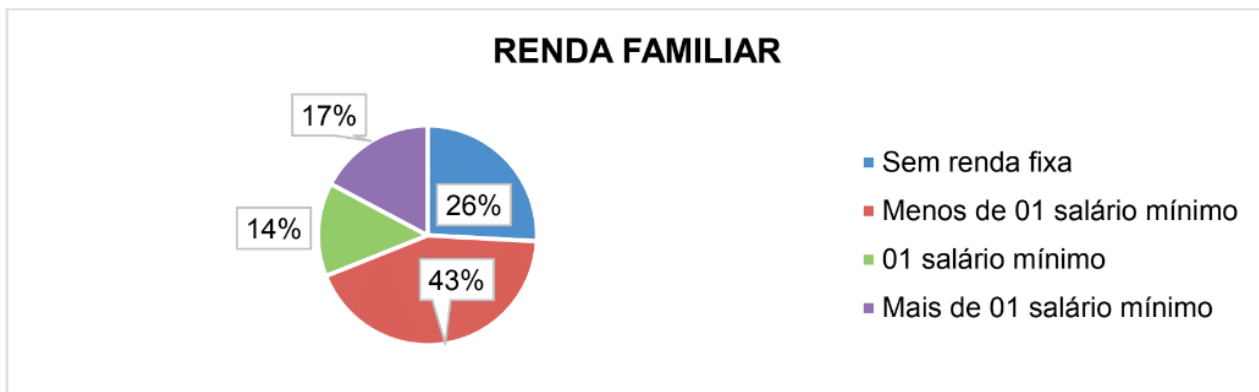


Tabela 05 – Renda Familiar.
 Fonte: Elaborada pelas autoras.

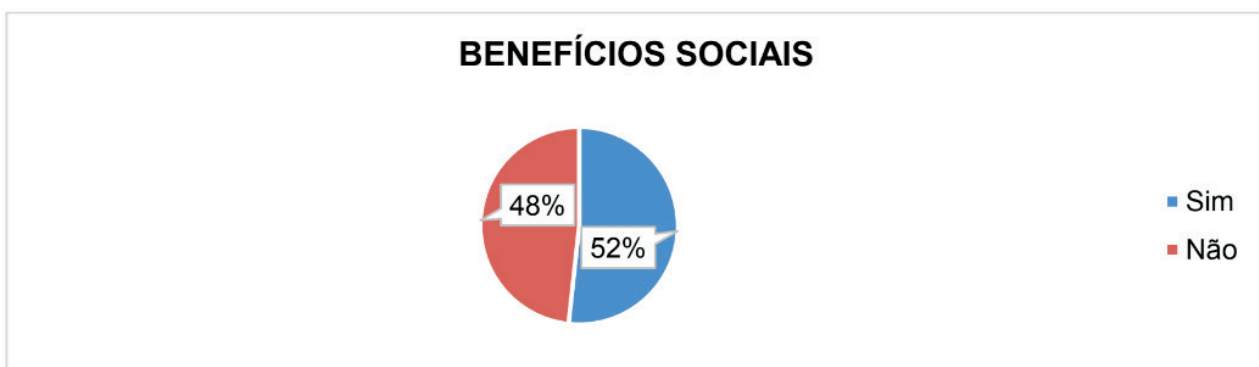


Tabela 06 – Benefícios sociais.
 Fonte: Elaborada pelas autoras.

A tabela 05 demonstra que 83% das mães adolescentes possuíam renda familiar inferior a um salário mínimo, acrescenta-se a este dado, o fato de todas elas serem completamente dependentes economicamente da família ou do parceiro, o que implica, entre outras situações, na sua permanência na residência da família (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

A realidade socioeconômica das mães adolescentes está atrelada ao desemprego, a incapacidade para o trabalho ou inserção no mercado informal dos membros da família e/ou parceiro, havendo, dessa forma, a necessidade de complementação da renda através dos benefícios sociais que, por vezes, era a única renda da família (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Fatores estes que revelam:

a dramática condição de desigualdade e pobreza, bem como o limite desse modelo de seguridade social, e a perversidade da estrutura econômico-social que produz e concentra riqueza, ao mesmo tempo em que exclui os trabalhadores pobres de seu acesso e os confina a relações de trabalho precárias, incertas, eventuais, de baixo rendimento e não garantidoras de direitos. (BOSCHETTI, 2009, p.11).

Apesar dos dados da tabela 06 revelarem que 48% das mães adolescentes não recebem benefícios sociais, não se pode afirmar que a família se encontrava em situação de proteção social, visto o caráter seletivo dos programas de transferência de renda, os

quais “agem mais na reiteração das desigualdades sociais que na sua redução. E mesmo essa parca conquista vem sofrendo duros golpes, que estão provocando seu desmonte e não sua ampliação.” (BOSCHETTI, 2009, p.12).

Novellino chama a atenção para a “transmissão intergeracional da pobreza” (2011, p.315), ou seja, o fato da família não ter acesso a bens e serviços que as possibilitem garantir aos filhos saúde, educação e alimentação, desfavorece as condições para que eles possam ultrapassar a situação socioeconômica da família e possam sair da condição de pobreza a que foram submetidos.

Antecedentes ginecológicos e sexuais relacionados à maternidade na adolescência.

Autores como Persona, Shimo e Tarallo (2004) debatem sobre a reincidência da gravidez na adolescência, os quais foram evidenciados neste estudo, na tabela 07, revelando que 19% das mães adolescentes estariam na sua segunda gravidez. Os referidos autores atrelam tal situação ao início precoce da atividade sexual, à baixa adesão a métodos contraceptivos, à evasão escolar, à baixa renda familiar, às relações sexuais com parceiros mais velhos, à união estável, à história familiar de gravidez na adolescência, ao aborto anterior, ao parto anterior bem sucedido sem nenhuma complicação e ao apoio familiar da primeira gestação, entre outros.

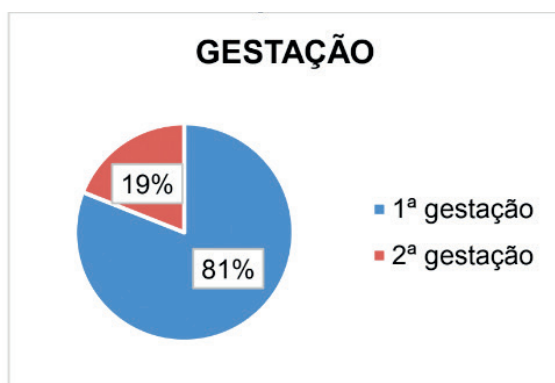


Tabela 07 – Gestação.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

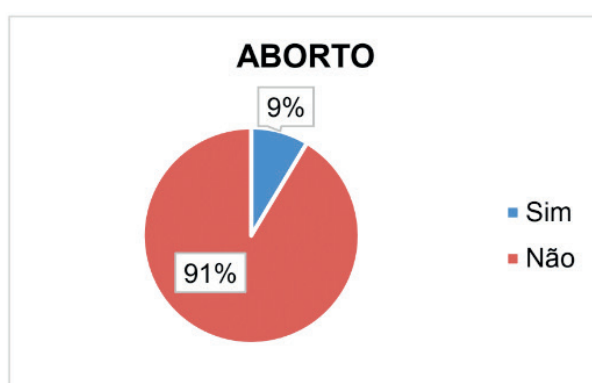


Tabela 08 – Aborto

Fonte: Elaborada pelas autoras.

No que se refere ao aborto, 9% mães adolescentes, tabela 08, relataram já terem passado por abortamento. Nessa direção, dados da OMS, revelam que, dos quatro milhões de abortos praticados por ano no Brasil, um milhão ocorrem entre adolescentes, sendo que 20% delas morrem por suas complicações. (FONSECA E MELCHIORI, 2010, p.134).

Os dados evidenciados na tabela 09, em que a maioria das mães adolescentes, ou seja, 84% delas, não planejaram a maternidade, entretanto, passaram a aceitá-la de bom grado. Entre os fatores que podem explicar a ocorrência dessa gestação, alguns são apontados por Persona, Shimo e Tarallo (2004) como o desconhecimento ou uso inadequado dos métodos contraceptivos, ignorância da fisiologia da reprodução e das

conseqüências das relações sexuais, entre outros. (PERSONA, SHIMO, TARALLO, 2004, p.746).

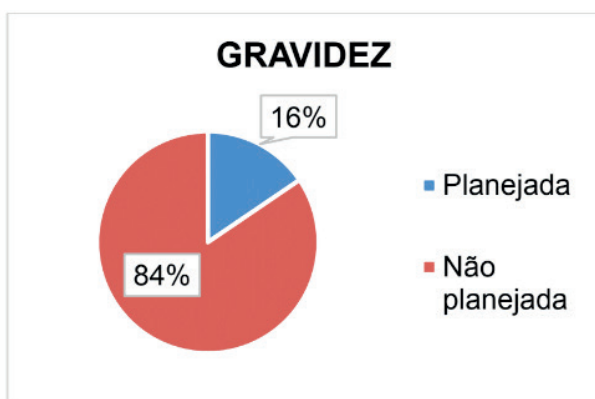


Tabela 09 – Gravidez
Fonte: Elaborada pelas autoras.

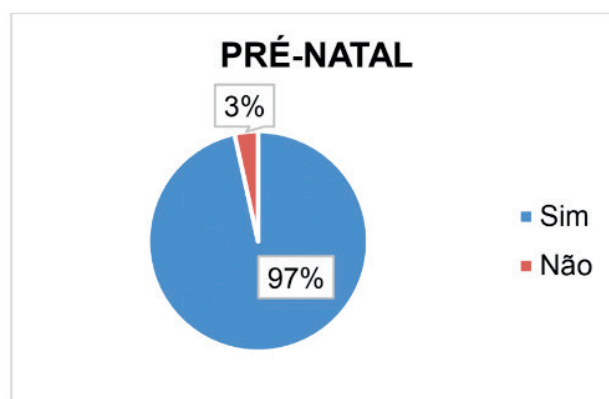


Tabela 10 – Cuidado à saúde e maternidade.
Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os dados na tabela 09 revelam ainda que 16% das mães adolescentes almejavam e planejaram a gravidez. Nessa direção, generalizar e “pensar a gravidez na adolescência como algo não desejado ou fora do esperado corresponde a uma perspectiva normativa da adolescência, que exclui a maternidade precoce como uma alternativa de vida.” (DIAS E TEIXEIRA, 2010, p.129), uma vez que “mesmo com todas as dificuldades, é bastante comum ouvirmos a adolescente dizer que está contente com a perspectiva de ser mãe e que quer ter um filho” (DADOORIAN, 2003, p.85).

Sobre a importância da realização do pré-natal, apesar do maior número de gravidezes que não foram planejadas, observa-se que 97% das mães adolescentes realizaram o pré-natal nas UBS. O fato de a maioria ter acesso, talvez possa ser explicado pelas iniciativas do MS em conscientizar sobre sua importância, buscando um atendimento qualificado, tendo como fundamento a Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher, promovendo ações de planejamento reprodutivo com a disponibilização dos métodos contraceptivos, atenção no pré-natal, cuidados à saúde da adolescente, entre outras.

Apesar dos avanços no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos e da maior atenção promovida à adolescência, dados da tabela 11 evidenciam o total desconhecimento de todas as 58 adolescentes sobre planejamento familiar que, segundo a Lei Nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, no capítulo I, art.4º “orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade”, de maneira a garantir possibilidades para gerir a vida sexual e reprodutiva, respeitando a livre decisão do casal de ter ou não filhos, devendo o Estado prover os recursos necessários para o exercício desse direito.

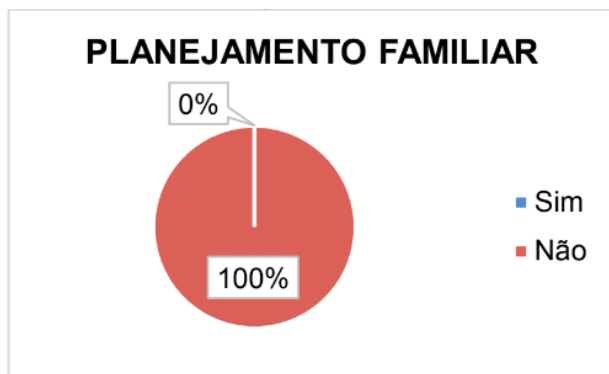


Tabela 11 – Planejamento familiar

Fonte: Elaborada pelas autoras.

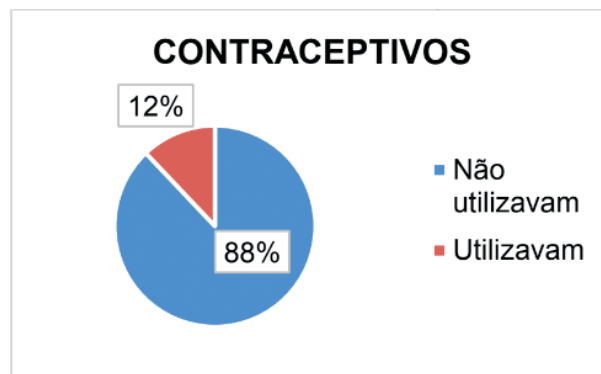


Tabela 12 – Métodos contraceptivos.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Segundo Silva e Carvalho (2016) é “importante explicar aos adolescentes com vida sexual ativa ou não, sobre o uso de contraceptivos e principalmente do preservativo nas relações sexuais, com o intuito de fazê-los conquistar maior autonomia e conhecimento sobre contracepção.” (SILVA E CARVALHO, 2016, p. 67). De acordo com o MS são financiados oito métodos contraceptivos através do SUS, nas Unidades Básicas de Saúde, porém é preciso considerar que nem todas as adolescentes têm acesso à informação e acesso a estes, como afirma Sakamoto (2008):

Faz-se necessário ainda discutir aspectos relacionados com a perversidade do modelo econômico, concentrador de renda e excludente da maioria da população, adotado no país, pois mulheres sem escolarização, desprovidas de conhecimentos, ficam sem acesso às informações, aos métodos disponíveis para deles se beneficiarem na regularização de sua fecundidade e no planejamento de suas famílias. (SAKAMOTO, 2008, p.100).

Ressalta-se que, 12% das mães adolescentes estavam fazendo uso regular de métodos contraceptivos e não desejavam engravidar (estão entre as gravidezes não planejadas da tabela 09), o que demonstra que, apesar de terem informações e acessos aos métodos contraceptivos, engravidaram. Inácio e Rasera (2016) declaram que “a presença desses métodos contraceptivos indica não somente que as jovens possuíam o conhecimento acerca desses, mas também a conscientização e decisão pelo seu uso.” (INÁCIO E RASERA, 2016, p.188). A contracepção, portanto, não garante total segurança para a ocorrência ou não da gestação, além dos riscos e consequências que podem causar à saúde da mulher.

Fonseca e Melchiori (2010, p.150) afirmam que “programas de educação familiar, sexual e reprodutiva podem significar o diferencial para que os jovens possam desenvolver sua vida sexual de forma responsável e saudável”, sendo preciso compreender o/a adolescente enquanto sujeito de direitos, abrangendo seus direitos sexuais e reprodutivos, promovendo uma atenção que vá além da mera oferta de métodos contraceptivos, para que ela também possa se reconhecer enquanto tal sujeito que tem responsabilidade quanto a sua sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi realizada a caracterização do perfil socioeconômico das mães adolescentes atendidas na “Ala Santana” da maternidade da FSCMP, a partir das observações realizadas no campo de estágio supervisionado em Serviço Social, em que, através da utilização do Diário de Campo, como instrumento de coletas de dados, foi possível adquirir informações referentes às variáveis sociodemográficas, dados socioeconômicos e dados referentes aos antecedentes ginecológicos.

Faz-se necessário ultrapassar as explicações biológicas que reduzem à adolescência a uma mera etapa de transição entre a infância e a vida adulta, e passar a compreendê-la em seus determinantes sociais, os quais são demarcados por desigualdades socioeconômicas, com interferências e conseqüentes influências das mais diversas ordens.

Observou-se que algumas mães adolescentes compreendem a maternidade como uma alternativa de vida perante um contexto de precárias condições socioeconômicas e, conseqüente acesso às políticas públicas, marcas da desigualdade social inerentes ao capitalismo, todavia, acabam incorrendo em um ciclo de permanência da pobreza. Sendo que a maioria engravidou por ausência de planejamento familiar, revelando que a UBS não está sendo preventiva, exemplo disso é o fato da maioria das adolescentes só terem acesso ao serviço de saúde para realização do pré-natal.

No que se refere à saúde da mulher adolescente, ainda que se constate importantes conquistas no marco legal, o qual apregoa como um direito humano a saúde sexual e reprodutiva, ainda são reproduzidas situações, por vezes na própria rede de serviço público, que refletem a dominação masculina, atribuindo unicamente ao gênero feminino as medidas contraceptivas. A estrutura da sociedade demarcada pelo patriarcado ficou evidente, através deste estudo, quando se constatou que, muitas das mães adolescentes, tinham dúvidas quanto ao exercício da paternidade pelos genitores de seus filhos, por não possuírem relacionamentos estáveis, o que reflete uma culpabilização da mulher pela gestação, impondo-lhe a responsabilização, enquanto que ao homem, ela é facultada.

Nessa direção, muitas das mães adolescentes evadiram da rede regular de ensino por conta da gravidez, o que reflete à precária ou ausência de possibilidades de permanência na escola, devido às condições socioeconômicas, a responsabilização com os afazeres domésticos e cuidados com o recém nascido, ocasionando ainda, entre outros, a dependência financeira da família e/ou parceiro.

Os resultados desta pesquisa apontaram ainda para um alto índice de mães adolescentes provenientes do interior do Estado do Pará, instigando a compreensão de como é ofertado o serviço à saúde em pequenas cidades interioranas. Considerando que a FSCMP é o único hospital de referência a gestante de alto risco do Estado e atende a uma alta demanda dessas usuárias, é preciso chamar atenção para que os governos municipais promovam estrutura em seu próprio município para garantir um parto adequado

e seguro.

A assistência à saúde sexual e reprodutiva não deve se basear apenas na promoção de métodos contraceptivos, mas promover ações que orientem sobre educação sexual, considerando os/as adolescentes como sujeitos de direitos, sendo imprescindível o acesso à informação correta quanto aos cuidados e prevenções, rompendo com preconceitos e promovendo o acolhimento necessário.

O atendimento a saúde é um direito universal, resultante de um movimento de lutas, devendo o Estado propiciar seu acesso universal, integral e gratuito e o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça o atendimento integral e gratuito a saúde do adolescente pelo SUS. É necessário ressaltar que mesmo sendo aprovado, o SUS não foi e ainda não é perfeitamente efetivado como prediz a legislação, sofrendo grandes retrocessos ao longo do percurso, necessitando da continuidade da luta em sua defesa, por sua permanência e plena efetivação. O que está proposto na Constituição não é concretizado, na verdade o SUS tem sido utilizado como destinado a atender aqueles que não têm acesso aos setores privados, segmentando-o dessa forma e não garantindo o que está previsto na legislação como um sistema público universal.

Ressalta-se a importância do trabalho do/da Assistente Social na saúde em conformidade com as competências e atribuições privativas previstas na Lei de Regulamentação, tendo em vista o Código de Ética Profissional que deve fundamentar a intervenção procurando efetivar o direito social à saúde, comprometida com o projeto ético-político e o projeto de reforma sanitária promovendo intervenções qualificadas de acordo às necessidades dos/das usuários/as, e em defesa do aprofundamento do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Alda Elizabeth Boehler Iglesias. Prevenção da gravidez na adolescência. **Adolescência & Saúde**. Rio de Janeiro, v. 15, nº1, p. 86-94, dezembro 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. A política de seguridade social no Brasil. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009. Unidade III Cap. 37 p. 323-340. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/207055806/LIVRO-COMPLETO-CFESS-Servico-Social-Direitos-Sociais-e-Competencias-Profissionais-2009>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado, 1990.

_____. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Do Planejamento Familiar. DF, Brasília, 1996.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Psicologia Ciência e Profissão**. Rio de Janeiro. V. 21, nº3, p. 84-91, 2003.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paideia**.v.20, nº 45, p. 123-131, 2010.

FALEIROS, V. P. Políticas de saúde para adolescentes mulheres: uma visão feminista. **Internações**. Brasília, v. 9, nº25, p. 74-89, 2013.

FONSECA, Mariane da Silva; MELCHIORI, Lígia Ebner. **Adolescentes: maternidade, riscos e proteção**. Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/sb6rs/pdf/valle-9788579831195-08.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

HEILBORN, M. L. et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, v. 8, nº17, p.13-45, junho 2002.

INÁCIO, Ana Luiza Rodrigues; RASERA, Emerson Fernando. Repetição da “gravidez na adolescência” e o planejamento familiar. **Psicologia, saúde & doenças**. São Paulo, v.17, nº8, p. 179-188, 2016.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Um estudo sobre as mães adolescentes brasileiras. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.21, nº1, p.299-318, 2011.

PERSONA, L.; SHIMO, A. K. K.; TARALLO, M. C. **Perfil de perfil de adolescentes com repetição da gravidez atendidas num ambulatório de pré-natal**. Revista Latino-Americana de Enfermagem. São Paulo, v.12, nº5, p. 745-750, set./out. 2004.

SAKAMOTO, Dulcinéia Luccas. **A saúde de jovens mães: desafios para os Sistemas de proteção social**. 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade Estadual Dr. Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2008.

SILVA, Danielly Alves da; CARVALHO, Fábio Silva de. Percepções de adolescentes sobre práticas de cuidado com a saúde. **Adolescência & saúde**. Rio de Janeiro, v. 13, nº1, p.64-71, agosto 2016.

VONK, A. C. R. P.; BONAN, C.; SILVA, K. S. Sexualidade, reprodução e saúde: experiências de adolescentes que vivem em município do interior de pequeno porte. **Ciência & saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.18, nº6, p.1795-1807, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020